

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO**
2 **HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 02 DE ABRIL DE 1998, NO AUDITÓRIO DA**
3 **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR.**

4 Aos dois dias do mês de abril de mil, novecentos e noventa e oito, realizou-se a
5 reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:45 horas, o 2º secretário do
6 Conselho, Jader Campomizzi, inicia os trabalhos justificando a ausência da
7 secretária-geral, Simone Dutra Lucas, e informando que conduzirá a reunião
8 juntamente com o 1º secretário, conselheiro Onorival Amaro. Em seguida, faz a
9 leitura da seguinte pauta: 1 - Votação das propostas de ata das reuniões realizadas nos
10 dias 05/02 e 19/02/98; 2- Informes; 3-Discussão sobre obras da saúde no Orçamento
11 Participativo e relacionamento entre a SMSA e a SUDECAP (Superintendência de
12 Desenvolvimento da Capital); 4 - Dengue; 5 - Projeto de Lei do Conselho; 6 -
13 Conferências de Saúde. Não havendo quórum regimental para votação das propostas
14 de ata, inicia-se o ponto 2 da pauta, informes. Nos informes da mesa, Jader fala da
15 indicação da professora Adélia Maria Silva, da Escola de Enfermagem da UFMG,
16 para substituir a conselheira Heloísa de Carvalho. Saúda a conselheira falando da
17 satisfação pelo seu retorno ao Conselho. Informa sobre o resultado de auditoria
18 realizada pela Diretoria Metropolitana de Saúde no Hospital Santa Helena de
19 Contagem na apuração de denúncia enviada por uma usuária daquele hospital ao
20 CMS/BH. Acrescenta que na auditoria realizada concluiu-se pela inexistência de
21 irregularidades e arquivamento do processo e informa que o documento referente ao
22 mesmo estará à disposição de qualquer interessado nos arquivos do Conselho. A
23 participante Sônia, falando em nome dos funcionários do Centro de Saúde Alcides
24 Lins, denuncia que a presidente da Associação dos Moradores do Bairro Renascença,
25 de nome Marli de Lourdes enviou carta ao prefeito com reclamações contra o Centro
26 de Saúde, que, segundo diz, não procedem e provocaram indignação e reação dos
27 servidores e da comunidade local. Relata outras ações da referida presidente da
28 Associação, inclusive agressão física a uma funcionária da unidade. Pede o apoio do
29 Conselho. Jader propõe que o Conselho Distrital Nordeste discuta a questão e
30 encaminhe ao CMS para um posicionamento. O conselheiro Antônio Gomes, que é
31 também conselheiro distrital Nordeste informa ter recebido um telefonema da referida
32 Dona Lourdes pedindo sua intervenção no caso e sugeriu que ela enviasse por escrito
33 suas denúncias ao Conselho ou comparecesse à presente reunião, o que não ocorreu.
34 Informa também de sua participação, como representante do Conselho, no Dia
35 Nacional de Mobilização dos Sem-Casa, ocorrido em 01/04. O conselheiro José
36 Bonifácio, informa sobre a V Plenária de Conselheiros realizada em Brasília nos dias
37 25 e 26/03/98, da qual participou juntamente com o conselheiro Luiz Moraes,
38 representando o CMS/BH. Relata as atividades desenvolvidas e outras programadas.
39 O conselheiro Luiz Moraes, complementa as informações. A conselheira Maria
40 Josefina, informa sobre a Conferência Distrital Pampulha que se realizará no sábado
41 04/04. Informa também que a BHTRANS marcou o Seminário de Transporte para o
42 mesmo dia e horário da Conferência na Pampulha o que, no seu entendimento,
43 provocará o esvaziamento do evento. Solicita que a mesa diretora interfira para que

44 haja licitação no sentido de regularizar a distribuição do Jornal dos Conselhos, que
45 sempre sai com atraso por problemas com a FUMARC. Jader, fala que na próxima
46 reunião da mesa a questão será discutida. A conselheira Adélia, fala de sua satisfação
47 em retornar ao Conselho e informa sobre a greve dos professores da Universidade
48 Federal, acrescentando informes sobre a situação daquela instituição. O conselheiro
49 Paulo César, fala sobre manifestações ocorridas ontem (01/04) e propõe que o CMS
50 se manifeste em apoio à greve das Universidades. Comenta sobre o Dia Mundial da
51 Saúde que será comemorado no dia 07/04 e sugere que o Conselho promova alguma
52 atividade que marque a data. Jader, esclarece que alguns sindicatos estão
53 programando manifestações para o dia 07 tendo como eixo o desfinanciamento
54 promovido pelo governo FH e propõe que o Conselho participe destas atividades. O
55 conselheiro Rogério, justifica a ausência do conselheiro Eduardo Leal e informa
56 sobre documentos tirados da plenária dos trabalhadores de saúde realizada no dia
57 18/03/98 dos quais faz a leitura. Entrega os documentos à mesa solicitando que sejam
58 encaminhados ao Secretário Municipal de Saúde. Passa informe da plenária dos
59 trabalhadores realizada ontem (01/04) e posições definidas na mesma. O conselheiro
60 João Athayde, informa sobre a preparação para a Conferência Distrital Noroeste e
61 registra o falecimento da senhora Marlene Menezes de Oliveira, coordenadora da
62 Comissão Local de Saúde do Califórnia. Fala da posição dos usuários em relação ao
63 acolhimento e faz comentários sobre o novo ministro da saúde, José Serra. Jader,
64 completa os informes da mesa, lendo Moção de Protesto encaminhada pelo Conselho
65 Distrital de Saúde Oeste, em relação a ausência de representantes do Distrito
66 Sanitário na reunião de encerramento das atividades dois atuais membros daquele
67 conselho que está sendo renovado. Lê convite da Associação Mineira dos Médicos
68 Residentes para Seminário que será realizado no Sábado dia 04/04/98. Informa de
69 comunicado da Secretaria sobre auditoria que será realizada no Hospital Nossa
70 Senhora Aparecida por solicitação do Conselho Municipal de Saúde. Informa também
71 que se encontram na mesa solicitações para inclusão na pauta da presente reunião no
72 sentido da votação de projeto referente ao REFORSUS para o Hospital das Clínicas e
73 proposta de pagamento diferenciado do procedimento Facectomia Intra-Ocular
74 (cirurgia de Glaucoma) ambas encaminhadas pela CTFCA. Na seqüência a professora
75 Mercês Somarriba, apresenta trabalho de pesquisa feito por técnicos da Fundação
76 João Pinheiro, propondo que em outra data se realize um seminário para discussão do
77 relatório. Agradece ao Conselho a contribuição dada ao Trabalho. Jader, em nome da
78 mesa diretora, promete que será agendado o seminário. A seguir passa-se à discussão
79 do ponto de pauta referente ao Orçamento Participativo e SUDECAP. São
80 convocados para compor a mesa, o representante da SUDECAP, Humberto de
81 Oliveira Campos, o Coordenador do Orçamento Participativo da PBH, Vanir Notini e
82 Helvécio Magalhães Júnior, diretor administrativo da SMSA. Jader informa de
83 documento sobre o assunto encaminhado ao Conselho e distribuído a todos os
84 conselheiros, assinado pelo Secretário Athos de Carvalho. Coloca que os convidados
85 estão solicitando a apresentação das dúvidas e denúncias que teriam motivado a

86 convocação dos mesmos ao Conselho, o que esclarece não estar em condições de
87 apresentar por ter sido a questão encaminhada pela secretária-geral que está ausente.
88 O conselheiro José Osvaldo, informa que as dúvidas relacionadas a denúncias feitas
89 pelo senhor Evaristo Garcia, publicadas no Jornal dos Conselhos, sobre
90 superfaturamento de obras do Orçamento Participativo. O diretor administrativo da
91 Secretaria, Helvécio Magalhães Júnior, é o primeiro a expor e coloca que, do ponto
92 de vista da Secretaria, considera importante que as denúncias sejam esclarecidas.
93 Informa que o Secretário solicitou que fosse feita uma auditoria por órgão externo à
94 Secretaria. Faz a leitura da conclusão contida no relatório da auditoria, assinada pelo
95 auditor Adilson Barbosa Lima, cuja íntegra, segundo diz, será encaminhada ao
96 Conselho. A referida auditoria conclui pela inexistência de indícios que fundamentem
97 a ocorrência de pagamento abusivo na desapropriação dos imóveis objetos da
98 denúncia, mas observa que alguns imóveis desapropriados não estão sendo utilizados
99 para sua finalidade e faz recomendações a respeito. Helvécio presta esclarecimentos
100 sobre a infra-estrutura física da saúde e providências tomadas com o objetivo do
101 acompanhamento, avaliação e fiscalização de obras na rede. Diz que em 1996, o
102 Fundo Municipal de Saúde investiu R\$ 7 milhões em obras na saúde e contou ainda
103 com o aporte de recursos do Orçamento Participativo, que será abordada pelos outros
104 convidados. Fala que a Secretaria tem o diagnóstico que a infra-estrutura ainda é um
105 problema sério da rede e tem procurado discutir e consolidar um diagnóstico mais
106 apurado da situação da rede física e também na definição de papéis entre o
107 departamento de manutenção da SUDECAP, as administrações regionais e o grupo
108 formado no nível central da Secretaria através de convênio com a UFMG. Diz que
109 existe um recurso limitado para investimento em manutenção, ainda assim, o
110 secretário e o colegiado de direção, vão estar definindo a margem de recursos que
111 será possível aplicar nessa área. Informa que vários distritos já têm contratos de
112 manutenção e outros estão sendo providenciados, existindo a expectativa de que no
113 ano em curso essa situação melhore muito. Sobre o fluxo de pagamento, esclarece
114 que todos os recursos passam, independente da origem do processo, pelo Fundo
115 Municipal de Saúde. Na seqüência, o senhor Humberto de Oliveira Campos, fala que
116 está representando o Superintendente da SUDECAP, José Tarcísio Caixeta, que não
117 pôde comparecer. Coloca que não tinha informação de que o debate ora realizado
118 seria motivado por denúncias e esclarece que após receber do José Osvaldo o Jornal
119 dos Conselhos na presente reunião, é que tomou conhecimento e que não consegue
120 ver relação entre a SUDECAP e as denúncias colocadas. Fala da relação com a saúde
121 e diz que o principal problema para a realização de obras é o terreno, que em diversos
122 casos é responsável pela diferenciação nos valores e forma de unidades construídas
123 dentro das mesmas características. Fala que quando o valor é estabelecido na
124 aquisição do terreno não dá para contestar a perícia técnica que determinou o valor e
125 o local já está escolhido. Pede atenção, quando se pensar em qualquer edificação para
126 a área de saúde, para o terreno que está sendo escolhido porque, segundo diz, esse é
127 um sério problema de desembolso e a SUDECAP não decide sobre essa questão. Fala

128 que já foram feitas várias desapropriações para a área de saúde e informa que no dia
129 1º foi homologado o processo licitatório para construção do Centro de Saúde do
130 bairro Nova York. Acrescenta que têm trabalhado no Orçamento Participativo 97 e
131 tem a aquisição do terreno para o Centro de Saúde São Jorge, o Centro de Saúde do
132 bairro Dom Joaquim, cujo terreno foi cedido pela Líder através de convênio e o
133 Centro de Saúde do Céu Azul, que também está em projeto. Encerra dizendo que a
134 SUDECAP tem o máximo interesse em atender as demandas da área de saúde. Na
135 seqüência o senhor Vanir Notini, justifica a ausência da senhora Maria Auxiliadora
136 Gomes, coordenadora do Orçamento Participativo, esclarecendo que faz parte de uma
137 equipe por ela coordenada e acompanha as obras. Parabeniza a Secretaria de Saúde
138 pela contratação de auditoria externa para apurar as denúncias. Comenta a matéria do
139 Jornal dos Conselhos e diz que é preciso separar o que foi a adequação de área física
140 da administração passada que, segundo diz, teve ou não, interface com o Orçamento
141 Participativo das questões relativas ao Orçamento Participativo. Diz que o programa
142 de readequação iniciado em 1995 na cidade inteira, foi no sentido de melhorar a infra-
143 estrutura dos Centros de Saúde, aqueles elencados pelos Conselhos Distritais como os
144 que tinham maiores problemas na época. Alguns reformados, ampliados e vários
145 ainda não foram readequados por problemas financeiros do FMS e da Prefeitura.
146 Alguns foram reivindicados no Orçamento Participativo e viabilizaram seus
147 empreendimentos. Fala que há que se separar duas questões: alguns empreendimentos
148 da saúde são novos, ou seja, Centros de Saúde que nunca existiram e ao serem
149 aprovados no OP não podem ser aprovados recursos referentes somente a sua
150 construção. Cita exemplos para explicar as oscilações no valor dos recursos entre o
151 inicial aprovado e o final executado, tendo ainda os valores referentes a equipamento
152 e custeio da unidade. Coloca que além do Conselho, existem outras instâncias onde
153 dúvidas podem ser discutidas como a CONFORÇA e a Comissão do Orçamento
154 Participativo. Acrescenta que uma das preocupações hoje em discussão no OP, é essa
155 aproximação entre todos os Conselhos Setoriais na Cidade. Finaliza dizendo que se
156 pretende criar o Conselho Municipal do Orçamento Participativo onde defendem que
157 tenham assento todos os conselhos setoriais para que se construa uma cidade com
158 melhor qualidade de vida. Aberta a palavra ao plenário, o conselheiro Geraldo
159 Mossem, coloca que ao analisar o relatório financeiro de 96 e 97 da SMSA, os
160 conselheiros municipais se depararam com determinados valores, citando exemplo
161 dos Centros de Saúde Minas Caixa, Andradas e o do CERSAM Pampulha. Diz que
162 para a região, para o valor imobiliário, os preços estariam elevados já que, segundo o
163 relatório, seriam de desapropriação ou compra. Cita o Minas Caixa cujo terreno onde,
164 segundo diz, tinha uma casinha velha, custou R\$ 90 mil o que acredita ser de causar
165 estranheza. Pede esclarecimento sobre esse custo e os dos outros dois. O conselheiro
166 Antônio Gomes, diz-se satisfeito com informação dada pelo Humberto sobre o Centro
167 de Saúde do Santa Cruz e agradece providências tomadas. Respondendo às questões
168 levantadas pelo conselheiro Geraldo Mossem, Helvécio coloca que no caso do Minas
169 Caixa, quem conhece a região sabe da dificuldade para ter um Centro de Saúde

170 naquele bairro. Diz que ficaram cerca de um ano e meio procurando um imóvel na
171 região e o único conseguido foi ao custo dos referidos R\$ 90 mil que, segundo diz, o
172 relatório da auditoria, não considerou em desacordo com a situação do mercado,
173 explicando que o valor do mercado é determinado levando em consideração além do
174 próprio imóvel, a dificuldade de se encontrar um imóvel que seja vendido para a
175 prefeitura. Fala que essa questão está bem detalhada no relatório da auditoria com
176 relação ao CERSAM Pampulha, esclarece que não é terreno e sim uma casa que vem
177 cumprindo adequadamente a finalidade à qual se destina, atendendo aos usuários da
178 saúde mental das regiões Pampulha, Norte e Venda Nova. Quanto ao Centro de Saúde
179 Andradas, diz que o imóvel era alugado tendo sido adquirido por absoluta falta de
180 opção na região e foi considerado adequado. O representante da SUDECAP fala que
181 as questões levantadas já foram respondidas pelo Helvécio e reafirma que um dos
182 problemas mais críticos de Belo Horizonte é a aquisição de terrenos para o poder
183 público, enfatizando a necessidade de se ter cuidado quando da escolha dos terrenos
184 para construção de unidade de saúde, já que segundo diz, o negócio tem que ser feito
185 atendendo aos interesses da PBH mas também do proprietário. Coloca-se à disposição
186 para qualquer oportunidade que o CMS assim o desejar. O senhor Vanir, fala que o
187 Centro de Saúde Minas Caixa foi incluído no Orçamento Participativo e será
188 construído a custos menores, pois, já funciona precariamente em outro local.
189 Parabeniza o Conselho pela iniciativa e também coloca-se à disposição. Helvécio,
190 fala que, além de toda a transparência que diz existir no processo de execução de
191 obras e ter sido demonstrada, tem uma portaria do ministro da saúde, colocando o
192 custo máximo admitido para efeito de convênio com o Ministério da Saúde e cuja
193 última publicação do DOU de 11/03, coloca para Minas Gerais o valor por metros
194 quadrados de construção na área de saúde de R\$ 889,34. Acrescenta que nenhuma
195 obra da SMSA ficou em mais de R\$ 700,00 por metros quadrados, o que pode ser
196 constatado pelos conselheiros em relatórios disponíveis na SUDECAP. Jader,
197 agradece aos convidados, comentando que o CMS cumpriu seu papel ao buscar
198 esclarecer as questões referentes às obras realizadas na área de saúde dando
199 transparência ao processo. Na seqüência, por solicitação do conselheiro e vereador
200 André Quintão, passe-se à discussão do projeto de lei do Conselho em tramitação na
201 Câmara Municipal. Jader, convida para ocupar a mesa os vereadores André Quintão e
202 Jô Moraes. André, passa informações sobre a tramitação do projeto desde sua
203 elaboração e encaminhamento à Câmara pelo executivo, passando pelas negociações
204 em torno de sua votação até a fase atual que é de apreciação pelas Comissões do
205 Legislativo Municipal. Fala que estão sendo analisadas pelo relator, vereador Ovídio
206 Teixeira, as emendas apresentadas ao projeto, que são dos vereadores Osman
207 Miranda, Emilson Hederik, André Quintão e Rogério Correia e pela vereadora Jô
208 Moraes. Diz ter recebido do prefeito orientação no sentido de contemplar
209 ponderações feitas pelo Conselho, especialmente em relação à questão da
210 homologação. Informa que o relator tem um prazo de 10 dias para elaborar o seu
211 parecer e espera-se que até 16 ou 17 de abril, seja apresentado o parecer que espera

212 ofereça uma submenda que incorpore todas as emendas apresentadas que não se
213 contrapõem ao reivindicado pelo Conselho. Coloca que tem uma questão polêmica
214 que diz ser quase unanime na Câmara e refere-se ao entendimento de que deveria ser
215 mantida a representação dos vereadores no Conselho Municipal de Saúde. Acrescenta
216 que seria importante fazer-se essa discussão para facilitar as negociações em torno do
217 projeto. A vereadora Jô Moraes, avalia que seria interessante que a mesa diretora
218 fizesse uma visita aos membros da Câmara para sensibilizá-los quanto à necessidade
219 da aprovação do projeto. Fala também da emenda por ela apresentada que propõe
220 normatizar a eleição de Conselhos de Usuários nos hospitais. Quanto à representação
221 da Câmara no Conselho, fala que existe um sentimento de que estariam sendo
222 excluídos e, com exceção dos vereadores da frente, não vê possibilidade de que seja
223 aceita a retirada na lei dessa representação. Sugere que o Conselho não faça dessa
224 questão um cabo de guerra, para facilitar o processo. A conselheira Maria Josefina
225 coloca que a plenária dos usuários está propondo às Conferências Distritais, que a
226 representação dos usuários seja modificada reduzindo para dois os representantes dos
227 sindicatos do setor produtivo, incluindo-se um representante do movimento de
228 mulheres e um do movimento dos aposentados. Pergunta como ficaria essa questão se
229 a votação for feita antes da realização da Plenária Municipal. Pergunta também aos
230 vereadores se está incluída a emenda proposta pelo conselheiro Onorival Amaro que
231 garante recursos do Orçamento para os conselhos distritais. Fala que essa proposta é
232 muito importante para que os conselheiros distritais tenham autonomia para trabalhar.
233 Jader, fala da importância da aprovação da lei antes de se realizar a Plenária para que
234 os novos conselheiros sejam eleitos dentro do que estabelece esta lei. O conselheiro
235 Paulo César, fala que a existência da Plenária Municipal de Saúde não está prevista
236 na lei atual e pergunta se haveria possibilidade de incluir emenda nesse sentido. Ante
237 a confirmação, propõe que a mesa diretora apresente proposta que viabilize a inclusão
238 da Plenária na Lei. Comenta a questão referente a representação da Câmara dos
239 Vereadores no Conselho e defende que a mesma seja mantida. O conselheiro André
240 pede a palavra e justifica a ausência do vereador Rogério Correia que participa da
241 reunião de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no momento. O conselheiro
242 Geraldo Mossem, lê documento da plenária dos usuários na qual justificam a
243 proposta de alteração na representação dos usuários, esclarecendo as causas da
244 utilização de duas vagas dos sindicatos do setor produtivo para inclusão dos
245 movimentos de aposentados e de mulheres. O conselheiro Jader, concorda com a
246 proposta de visita aos vereadores e propõe que a mesa diretora, ampliada pelo maior
247 número possível de conselheiros, faça a visita, colocando que uma comissão havia
248 sido formada no Conselho para desempenhar essa tarefa, o que acabou não
249 acontecendo e enfatiza que essa nova Comissão deve procurar garantir a manutenção
250 das principais conquistas no Controle Social. Em relação à participação dos
251 vereadores concorda que seja flexibilizada e que a Comissão preste esclarecimentos
252 aos vereadores sobre as razões da retirada do representante da Câmara no Conselho.
253 O conselheiro José Osvaldo, posiciona-se favorável à emenda da vereadora Jô

254 Moraes para criação dos Conselhos de Usuários nos hospitais e defende que as
255 Conferências Distritais e a Plenária Municipal tirem indicativo para levar à
256 Conferência Metropolitana, no sentido de que seja feito um projeto de lei criando
257 conselhos de usuários nos hospitais do estado. Esclarece que os hospitais da
258 FHEMIG que eram do ex-INAMPS têm conselhos criados por decreto do presidente
259 Sarney e considera que, em relação aos vereadores, os usuários terão que estar
260 cientes de que se mantendo a representação da Câmara no Conselho, esta seria entre
261 as vagas dos usuários porque, no seu entendimento, os vereadores são representantes
262 do povo além de, teoricamente, serem usuários do Sistema, que é universal. Fala que
263 o plenário terá que decidir sobre se remete às Conferências Distritais a alteração
264 proposta pelos usuários na composição do Conselho devido à questão do prazo
265 colocada pelo André Quintão. Jader, reforça a posição do José Osvaldo, colocando
266 que vereador não é governo, trabalhador, nem prestador, entrando portanto na
267 categoria de usuário. O conselheiro João Athayde, diz entender que o que está em
268 jogo é o fato de o Conselho depender da Câmara Municipal para uma questão que já
269 está definida na legislação e inclusive na Constituição Federal, não podendo sequer
270 contrapor-se porque é a Câmara de Vereadores que irá votar a lei. O conselheiro
271 Eduardo Leal, defende a necessidade da presença do Conselho dentro da Câmara e
272 comenta a emenda apresentada pela vereadora Jô Moraes de estender o Controle
273 Social aos hospitais contratados e conveniados do SUS, que considera ousada e
274 corajosa, estando, segundo diz, em consonância com o que foi aprovado na V
275 Conferência Municipal de Saúde. Sobre o que foi proposto pelo conselheiro Geraldo
276 Mossem, propõe que a discussão desse assunto seja remetida à Plenária Municipal,
277 enquanto no que se refere a representação da Câmara de Vereadores, reafirma
278 proposta de negociação a ser estabelecida junto a Câmara e ao executivo municipal
279 pela mesa diretora do Conselho. Informa das emendas incluídas no projeto reiterando
280 a necessidade da negociação desde que, segundo diz, não se contrarie o que foi
281 deliberado na V Conferência. O conselheiro Fausto Santos, defende que o Conselho
282 não feche questão em torno das deliberações da V Conferência e coloca sua opinião
283 de que é preciso ter o entendimento do momento político atual e de que quanto mais
284 rápido o projeto for aprovado será melhor para o Conselho, mesmo que não
285 contemple todas as deliberações da V Conferência e desde que estejam garantidas a
286 autonomia dos Conselhos e a proporcionalidade das representações. Sobre a proposta
287 da vereadora Jô Moraes, defende que os conselhos de usuários sejam estendidos
288 apenas aos hospitais públicos nesse momento, por, no seu entendimento, não haver
289 mecanismo legal de submeter os hospitais privados e filantrópicos ao Controle Social.
290 O conselheiro Luiz Moraes, fala que ainda não foram definidos os fóruns nos quais
291 serão eleitos os conselheiros que representarão os movimentos de mulheres e
292 aposentados no Conselho. O conselheiro Geraldo Mossem, esclarece que a proposta
293 por ele apresentada não é sua e sim da plenária dos usuários e discorda que ao propor
294 a inclusão de entidades representativas dos movimentos de aposentados e mulheres,
295 estejam sendo desrespeitadas deliberações da V Conferência, argumentando que a

296 ausência de trabalhadores do setor produtivo foi o que gerou a necessidade de
297 substituí-los. A conselheira Maria das Dores (Dorinha), concorda com a inclusão de
298 representantes dos vereadores, mulheres e aposentados, mas questiona a proposta de
299 redução do número de representantes dos trabalhadores do setor produtivo. Defende
300 que o Conselho crie mecanismos que assegurem a participação de todos os
301 conselheiros, sem no entanto, excluir nenhum setor. Na seqüência, Jader faz a leitura
302 das seguintes propostas: 1 - Organizar visitas a áreas estratégicas da Câmara de
303 Vereadores. Nas formas de encaminhamento seriam duas propostas: Uma de delegar
304 à mesa diretora todas as negociações em torno da lei e outra de que seja votado na
305 presente reunião o referendun do CMS às diversas emendas propostas. Jader,
306 pergunta aos representantes dos usuários se concordam em remeter à mesa diretora
307 toda a negociação. Falando pelos usuários, o conselheiro Geraldo Mossem, concorda
308 solicitando que a mesa encaminhe questões propostas por este segmento e que agilize
309 as negociações. Jader, elogia a decisão dos usuários e fala que também pode ser
310 considerada a hipótese de o número de conselheiros passar ao invés de 32 para 36
311 membros. O conselheiro Paulo César, comenta que se forem acrescentados mais
312 quatro membros ao número de conselheiros, os setores que reivindicam participação
313 poderiam ser contemplados, sem prejuízo de outros setores. Jader propõe que essa
314 questão seja por consenso considerada como um indicativo político, o que é aceito
315 pelo plenário, o vereador, conselheiro André Quintão, propõe que ele, a vereadora Jô
316 Moraes e o vereador Rogério Correia, se reúnam para elaborar uma proposta de
317 subemenda consensual que seria levada ao relator substituto da matéria, junto com a
318 mesa diretora e posteriormente esse grupo faria um calendário de visitas dos
319 membros da mesa às lideranças da Câmara. O conselheiro Eduardo Leal, fala que
320 algumas negociações com o relator já estão em andamento e Jader propõe que André
321 comunique-se com a mesa diretora assim que for completada a primeira parte das
322 negociações para que os conselheiros sejam convocados quando se iniciarem as
323 visitas. A seguir, Jader parabeniza o vereador André Quintão, por este haver
324 assumido a liderança do governo na Câmara. Dando seqüência a pauta, Jader lê
325 proposta de mensagem ao comando de greve da UFMG, redigida pelo conselheiro
326 Paulo César. A mensagem é aprovada por aclamação pelo plenário. A seguir, Jader
327 coloca em votação as propostas de ata das reuniões realizadas nos dias 05 e 19/02/98,
328 perguntando ao plenário sobre se há alguma retificação a ser feita. Não havendo
329 retificações foram aprovadas as atas das reuniões realizadas em 05 e 19/02/98, por
330 consenso do plenário. No ponto seguinte da pauta, Jader, fala que ficaram algumas
331 pendências na discussão sobre a dengue feita em reunião extraordinária realizada no
332 Conselho sobre esse assunto. A principal pendência seria a organização de uma
333 manifestação contra o atraso no repasse de recursos federais para combater a
334 epidemia. Jader, propõe que no dia 07 de Abril, Dia Mundial da Saúde, o Conselho se
335 junte às várias atividades já programadas para a data, colocando a questão da dengue
336 com outras ligadas ao desfinanciamento da saúde. O conselheiro e secretário adjunto,
337 Fausto Santos, informa sobre ações da PBH no combate à Dengue e na luta pelos

338 recursos federais. Coloca que o ministro da saúde, José Serra, que se encontra na
339 cidade, comprometeu-se a acelerar o processo de liberação dos recursos, repondo
340 inclusive os recursos próprios do município gastos no combate à Dengue. Fala da
341 necessidade de se estar consciente de que mais do que os 45 mil casos da doença já
342 notificados, há um risco de que no próximo verão ocorra uma epidemia de proporções
343 bem maiores, se medidas preventivas eficazes não forem tomadas. Alerta para que a
344 luta deve ser mantida, mesmo que a incidência dos casos de dengue comece a
345 diminuir. Diz estar programada para o dia 15 ou 17/04, uma grande manifestação que
346 envolverá todo o conjunto de trabalhadores e equipamentos utilizados no combate à
347 doença e considera importante que o Conselho também esteja participando. Assegura
348 o interesse da administração municipal em participar das atividades do dia 07. Coloca
349 que o plano emergencial implementado no combate à Dengue está custando aos
350 cofres municipais R\$ 3,2 milhões, além do efetivo de mais de 600 homens que a
351 prefeitura já vinha disponibilizando para combater a doença. Acrescenta que até o
352 final da próxima semana, 1500 pessoas estarão atuando no combate à doença, além de
353 novos carros e dos insumos necessários, todos adquiridos com recursos próprios, cujo
354 ressarcimento a prefeitura está cobrando do Ministério, já que o combate às endemias
355 é de responsabilidade do gestor federal. O conselheiro distrital Oeste, Geraldo
356 Florêncio, fala de sua preocupação com as obras do PROSAN onde, segundo diz,
357 existem possíveis focos. O conselheiro Eduardo informa que as entidades sindicais de
358 trabalhadores da saúde fizeram um documento para ser entregue ao Ministro José
359 Serra denunciando a situação da Dengue em Belo Horizonte. Esse documento foi
360 recebido por um assessor do Ministro e seu teor deverá ser divulgado pela imprensa.
361 O conselheiro Geraldo Mossem, manifesta seu repúdio pelo fato de no Rio de Janeiro
362 e Salvador terem sido registrados menos de mil casos de dengue e o governo federal
363 ter liberado R\$11 milhões e R\$16 milhões respectivamente, enquanto Belo Horizonte
364 com 45 mil casos ter recebido R\$840 mil, com proposta de chegar a R\$8 milhões. Diz
365 que em Venda Nova a incidência da Dengue está diminuindo, o que acredita ser
366 resultado da mobilização popular. A conselheira Adélia, fala que no seu
367 entendimento, esse é um momento em que se necessita somar esforços e solicita que
368 as atividades previstas para os dias 07 e 17/04, lhe sejam comunicadas para que possa
369 mobilizar a universidade federal. O participante Bauer, do Centro de Saúde Lindéia,
370 fala que enquanto em Venda Nova a incidência da Dengue está diminuindo, no
371 Barreiro está aumentando e propõe que essa discussão seja feita em torno da
372 metropolização porque, segundo diz, naquela região o limite entre Belo Horizonte e
373 municípios como Ibirité e Contagem impõe que o combate seja feito em conjunto
374 com os demais municípios. Fausto, informa que da reunião realizada hoje com o
375 ministro Serra, participaram todos os municípios da região metropolitana e o
376 compromisso que ele assumiu, foi de liberar os recursos para toda a região.
377 Acrescenta que, em termos proporcionais à população, vários municípios da região
378 metropolitana têm um número de casos maior do que o de Belo Horizonte, havendo
379 dificuldades de notificação dos casos por falta de estrutura dos municípios. Cita

380 Ibirité, como exemplo de município onde há notificação e o número de casos é
381 proporcionalmente maior do que o de Belo Horizonte, o que na reunião foi falado ao
382 Ministro pelo prefeito daquela cidade. Fala que a Dengue está tendo um caráter
383 migratório com explosões da epidemia em diferentes localidades. Na seqüência, Jader
384 apresenta três propostas colocadas: 1 - participação nas atividades do dia 07,
385 colocando o tema Dengue e denunciando o governo federal; 2 - participar das
386 manifestações do dia 17/04 (a confirmar); 3 - levar a discussão para a Conferência
387 Metropolitana de Saúde. Por consenso do plenário, as três propostas foram aprovadas.
388 Jader se compromete a fazer contanto com as entidades que organizam as atividades
389 do dia 07 e repassar as informações ao Conselho. Solicita ao Fausto que faça o
390 mesmo em relação à manifestação do dia 17. No ponto seguinte, Jader coloca o pleito
391 do Hospital das Clínicas, de recursos do REFORSUS no valor de R\$ 750 mil,
392 encaminhado com projeto e apresenta parecer da CTFCA recomendando a aprovação
393 do mesmo. Por consenso do plenário, o pleito foi aprovado. Na seqüência, Jader
394 coloca em discussão proposta já discutida pela CTFCA, de autorização para cirurgia
395 de glaucoma, explicando que o nome técnico deste procedimento é Facectomia com
396 lente intra-ocular. Relata que são três as formas de pagamento atualmente dotadas
397 para o procedimento e esclarece que o que a Secretaria está propondo é adotar uma
398 única forma de pagamento, que propiciaria reduzir os gastos totais com o
399 procedimento e atenderia também aos interesses dos prestadores que, segundo diz,
400 estariam de acordo com a proposta. Apresenta o parecer favorável da Câmara
401 Técnica. O secretário adjunto, Fausto Santos, explica como será o fluxo de
402 atendimento aos pacientes com glaucoma, reforçando que a medida facilitará o acesso
403 ao procedimento. Jader complementa informando que a medida, além de contemplar
404 usuários e prestadores, irá corrigir uma irregularidade que é o pagamento de AIH de
405 pacientes que não chegam a ser internados, que é uma das atuais formas de
406 pagamento. Fausto, fala que só a médio prazo é que se poderá definir parâmetros para
407 realização do procedimento e estabelecer um fluxo normal com cotas distribuídas
408 entre os prestadores que o executam. A conselheira Adélia, propõe que seja aprovada
409 a proposta, colocando-se um prazo de seis meses para que o Conselho avalie. Jader,
410 coloca em votação a proposta de aprovação, com a recomendação de que em seis
411 meses a Secretaria apresente ao Conselho um balanço dos resultados da medida. A
412 proposta é aprovada por consenso do plenário. No ponto seguinte da pauta passa-se à
413 discussão das Conferências de Saúde e Jader convida para tomar assento à mesa o
414 conselheiro Paulo César, que passa informes da Comissão Organizadora da II
415 Conferência Metropolitana de Saúde. Coloca que na Plenária Metropolitana, realizada
416 na semana anterior, ficou garantido o rateio das despesas entre os municípios
417 participantes que contribuíam com R\$100,00 por cada delegado e observador que
418 inscrevesse à Conferência. Mas esclarece, que há a possibilidade de o município de
419 Contagem conseguir através de patrocínio a cobertura de todas as despesas da
420 Conferência, o que dispensaria os demais municípios da contribuição. Sobre a
421 Plenária Municipal, informa que traz algumas propostas para definição, quanto à

422 programação. Apresenta proposta de que o debate previsto para a noite de abertura,
423 na quinta-feira, dia 07/05, seja coordenado pelo Secretário Municipal de Saúde e
424 presidente do Conselho, Athos de Carvalho, tendo como debatedores a enfermeira
425 Maria Auxiliadora Cristóforo, da ABEN, o Dr. David Capistrano, prefeito de Santos
426 na Gestão 92/96 e o deputado federal Sérgio Miranda do PCdoB de Minas,
427 secretariando estaria a conselheira Simone Dutra Lucas. No painel da sexta-feira de
428 manhã “A Saúde em Belo Horizonte partindo das Conferências Distritais, a Comissão
429 propõe que através dos relatórios das Conferências Distritais seja feito um
430 consolidado dos mesmos e retirado um tema de Recursos Humanos, um de Modelo
431 Assistencial e um de Controle Social, para que seja debatido e aprofundado sendo, se
432 possível, deliberado na Plenária. Os demais temas seriam posteriormente colocados
433 ou no CMS ou em outro fórum. Para a mesa deste painel a Comissão Organizadora
434 propõe que o coordenador seja o conselheiro Jader Campomizzi, secretariado pela
435 conselheira Geralda Margarida dos Santos. No debate dois, a realizar-se depois do
436 painel, a Comissão propõe que o coordenador seja o conselheiro Paulo César,
437 secretariando estaria a conselheira Simone e os debatedores seriam a socióloga
438 Mercês Somarriba e o Dr. Antônio Joaquim ou alguém do Ministério Público, da
439 promotoria de defesa do consumidor. No debate seguinte a mesa seria coordenada
440 pela conselheira Rosalina Fernandes, secretariando estaria a conselheira Vera
441 Oliveira Figueiredo e debatendo estariam um representante da Secretaria, um dos
442 usuários e um dos prestadores, que seria o conselheiro Lauro Batista Neves. Sobre a
443 Plenária final, a comissão propõe que seja realizada na manhã de sábado ficando para
444 a tarde a eleição dos delegados à Conferência Metropolitana e dos novos conselheiros
445 municipais. Para compor a mesa na plenária final, propõe também um representante
446 de cada segmento integrante dos Conselhos e mais a mesa diretora. Quanto aos
447 encaminhamentos, responsáveis e prazos, coloca que depois de avaliados vários
448 locais ficou definido que a Plenária será realizada na AABB (Associação Atlética do
449 Banco do Brasil). Diz que o material de divulgação já está sendo discutido com a
450 empresa que os confeccionará, sugerindo-se que a Câmara Técnica de Comunicação
451 faça também um panfleto que divulgue o evento. Dá outros detalhes da infra-estrutura
452 que está a cargo da Secretaria e outros a cargo do Conselho. A Comissão propõe
453 também que no tema referente ao debate 1, os conselheiros Jader, Simone e Sardinha,
454 elaborem um texto do Conselho que passaria pelo crivo da Comissão Organizadora.
455 Para o debate 2, o texto do Conselho seria elaborado pelos conselheiros Eduardo,
456 Paulo César e José Osvaldo. Os usuários e prestadores filantrópicos seriam
457 encarregados de apresentar um texto referente ao debate 3, que deve ser entregue até
458 o dia 13/04/98. A Comissão propõe ainda uma reunião extraordinária do Conselho
459 para o dia 30/04, tendo como pontos de pauta a aprovação do Regimento Interno da
460 Conferência e uma avaliação da atuação do Conselho no período que está se
461 encerrando. Essa avaliação deverá também, se possível, ser subsidiada por um
462 documento. O conselheiro Antônio Gomes comenta que o local escolhido é muito
463 bom, mas considera que se não houver meios de transporte, o acesso será dificultado

464 às pessoas que não têm carro o que, segundo diz, ocorreu na V Conferência, realizada
465 no mesmo local. O conselheiro Eduardo, fala que entre os debatedores do dia 07/05,
466 ainda não está confirmada a presença da enfermeira Maria Auxiliadora Cristófar e
467 propõe se que defina na presente reunião se se mantém ou não a debatedora no
468 programa já que, segundo diz, ela teria dificuldades concretas em participar, por
469 problemas de agenda e do tema em debate. Avalia como corretas as indicações para o
470 debate 3, mas considera que embora esteja na mesa como coordenadora a conselheira
471 Rosalina, que representa os trabalhadores, esse segmento não está entre os
472 debatedores e propõe que a própria Rosalina participe como debatedora, mesmo
473 mantendo-a como coordenadora ou se indicando outro conselheiro para coordenar.
474 Nesse caso diz que a conselheira seria encarregada de elaborar um texto como farão
475 os demais debatedores. O conselheiro Roberto, fala que foi colocada a data de 13/04
476 para indicação do representante dos usuários na mesa de debate e propõe o adiamento
477 dessa data para depois do dia 15/04, quando a plenária dos usuários se reunirá e fará a
478 indicação. Propõe também a mudança do local da abertura na noite de quinta-feira
479 pelas dificuldades de acesso já levantadas. A seguir, o conselheiro Fausto Santos, que
480 assumiu a condução dos trabalhos, apresenta as propostas e coloca que, quanto ao
481 transporte, estão sendo tomadas providências que resolvam este problema. Quanto a
482 questão da presença da enfermeira Maria Auxiliadora, no debate 1, sugere que o
483 Conselho defina por manter apenas dois debatedores. Consulta o plenário que acata a
484 sugestão. Sobre a questão do debate 3, levantada pelo Eduardo, há uma breve
485 discussão sobre o tempo de 15 minutos que seria concedido a cada debatedor, ficando
486 acatada essa proposta e a indicação da conselheira Rosalina para coordenar a mesa e
487 debater o tema, como representante dos trabalhadores. A conselheira Geralda
488 Margarida, comenta a mesa do debate 1, lamentando a ausência de Maria Auxiliadora
489 e questionando se neste debate se irá tratar só de financiamento. Pede esclarecimentos
490 sobre o painel da sexta-feira. Paulo César presta os esclarecimentos. Fausto, esclarece
491 que no tema da abertura o convidado David Capistrano, não falará sobre
492 financiamento. Sobre o prazo solicitado para os usuários pelo conselheiro Roberto,
493 Fausto coloca que não há problema, desde que o texto seja entregue até o início da
494 semana seguinte para reprodução e distribuição antes das Conferências Distritais
495 ainda não realizadas. Paulo César, fala que a Comissão Organizadora está esvaziada e
496 Fausto sugere que a Secretaria Executiva do Conselho convoque por telegrama a
497 próxima reunião marcada para dia 07/04. Ficou definido que a mesa diretora discutirá
498 o indicativo de reunião extraordinária para o dia 30/04. Às 18:40 horas, nada mais
499 havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, após
500 lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pelo 1º secretário.
501 Belo Horizonte, 02 de Abril de 1998.
502 RFF/vld